

# A COP30 e as mobilizações sociais

La COP30 y las movilizaciones sociales

*COP30 and Social Mobilizations*

## AUTORES

**Enaile do Espírito  
Santo Iadanza\***

[enaile@unb.br](mailto:enaile@unb.br)

**Manoel Pereira de  
Andrade\*\***

[manoelpandrade@unb.br](mailto:manoelpandrade@unb.br)

\* Professora do Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAZ) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília (UnB, Brasil).

\*\* Professor associado da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB, Brasil).

## RESUMO:

Este artigo analisa a importância da Cúpula dos Povos no processo de construção e realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), realizada em Belém, no estado do Pará (Brasil), entre 10 e 21 de novembro de 2025. O estudo centra-se na participação das organizações representativas dos povos indígenas e dos movimentos camponeses nacionais e internacionais no enfrentamento da crise climática. Metodologicamente, realizou-se revisão bibliográfica e documental sobre as Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e as Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, contextualizando a participação social nesses processos. Também foi analisada a trajetória da Cúpula dos Povos, bem como os documentos apresentados pelas organizações indígenas e camponesas durante a COP30. A pesquisa foi complementada por observação direta em eventos temáticos e ações públicas realizados no âmbito da Cúpula dos Povos. Os resultados evidenciam a relevância histórica das conferências internacionais para a consolidação do debate sobre as mudanças climáticas e para o fortalecimento da atuação de povos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais. Enquanto a agenda oficial da COP30 privilegiou negociações entre Estados e mecanismos de mercado voltados à governança climática, a Cúpula dos Povos enfatizou a defesa dos direitos humanos e da natureza, da justiça climática, dos direitos territoriais, de condições dignas de trabalho e de vida e do enfrentamento das desigualdades socioambientais. Conclui-se que as respostas à crise climática não podem restringir-se a soluções técnicas ou de mercado, exigindo transformações políticas e sociais que reconheçam o protagonismo dos povos e das populações diretamente afetadas.

## RESUMEN:

Este artículo analiza la importancia de la Cumbre de los Pueblos en el proceso de construcción y realización de la 30.ª Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (COP30), celebrada en Belém, estado de Pará (Brasil), entre el 10 y el 21 de noviembre de 2025. El estudio se centra en la participación de las organizaciones representativas de los pueblos indígenas y de los movimientos campesinos nacionales e internacionales en el enfrentamiento de la crisis climática. Metodológicamente, se llevó a cabo una revisión bibliográfica y documental sobre las Conferencias de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo y las Conferencias de las Partes de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático, contextualizando la participación social en estos procesos. Asimismo, se analizó la trayectoria de la Cumbre de los Pueblos y los documentos presentados por las organizaciones indígenas y campesinas durante la COP30. La investigación se complementó con observación directa de eventos temáticos y acciones públicas desarrollados en el marco de la Cumbre de los Pueblos. Los resultados ponen de manifiesto la relevancia histórica de las conferencias internacionales para la consolidación del debate sobre el cambio climático y para el fortalecimiento de la actuación de los pueblos indígenas, las comunidades tradicionales y los movimientos sociales. Mientras que la agenda oficial de la COP30 priorizó las negociaciones entre Estados y los mecanismos de mercado orientados a la gobernanza climática, la Cumbre de los Pueblos enfatizó la defensa de los derechos humanos y de la naturaleza, la justicia climática,

---

los derechos territoriales, las condiciones dignas de trabajo y de vida y la lucha contra las desigualdades socioambientales. Se concluye que las respuestas a la crisis climática no pueden limitarse a soluciones técnicas o de mercado, sino que requieren transformaciones políticas y sociales que reconozcan el protagonismo de los pueblos y de las poblaciones directamente afectadas.

**ABSTRACT:**

This article examines the importance of the People's Summit in the process leading to and during the 30th United Nations Climate Change Conference (COP30), held in Belém, Pará State (Brazil), from 10 to 21 November 2025. The study focuses on the participation of organizations representing Indigenous peoples and national and international peasant movements in addressing the climate crisis. Methodologically, the research is based on a bibliographic and documentary review of the United Nations Conferences on Environment and Development and the Conferences of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change, contextualizing social participation in these processes. The study also examines the trajectory of the People's Summit and the documents presented by Indigenous and peasant organizations during COP30. The analysis is complemented by direct observation of thematic events and public activities held within the framework of the People's Summit. The findings highlight the historical importance of international conferences in consolidating the debate on climate change and strengthening the role of Indigenous peoples, traditional communities, and social movements. While the official COP30 agenda prioritized negotiations among States and market-based mechanisms aimed at climate governance, the People's Summit emphasized the defense of human rights and the rights of nature, climate justice, territorial rights, decent working and living conditions, and the fight against socio-environmental inequalities. The article concludes that responses to the climate crisis cannot be limited to technical or market-based solutions but require political and social transformations that recognize the leading role of Indigenous peoples and other populations directly affected.

## 1. Introdução

A crise ecológica atual é composta pelas dimensões política, social, econômica, cultural e ambiental. O agravamento da crise ecológica e climática está fortemente implicado às relações de produção, fundadas na propriedade privada dos meios de produção, no “cercamento”<sup>1</sup> das terras do povo, na espoliação da natureza, na exploração da força de trabalho, na acumulação de capital, na divisão social do trabalho, no crescimento econômico, no aumento do consumo e no lucro. A crise ecológica e climática se manifesta na dilapidação das florestas, de outras espécies vegetais, animais e nos microrganismos; na destruição e contaminação dos solos e subsolos; na poluição do ar; na degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas e dos oceanos.

Esta crise ganhou força no bojo das transformações que vinham ocorrendo nas relações de trabalho, durante os séculos XVII e XVIII, e que culminou com a Revolução Industrial. Ela impulsionou o crescimento da burguesia e a busca desenfreada pelo crescimento econômico, consequentemente também do lucro e da exploração dos trabalhadores, sustentáculos do capitalismo.

A classe média inglesa, em particular a classe industrial que se enriquece diretamente com a miséria dos operários, nada quer saber dessa miséria. Ela, que se sente forte, representante da nação, envergonha-se de revelar aos olhos do mundo a chaga da Inglaterra; não quer confessar que se os operários são miseráveis, cabe a ela, classe proprietária, classe industrial, a responsabilidade moral por essa miséria (Engels, 2010, p. 61).

É notória a importância da Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra no último quarto do século XVIII. Ela trouxe transformações no sistema econômico, na base técnica e nas relações sociais de produção, estabelecendo processos de industrialização baseados, principalmente, no uso intensivo de combustíveis fósseis e máquinas para a indústria, transporte marítimo e ferroviário. Seus efeitos nocivos ao meio ambiente são inegáveis e se estenderam por décadas causando a principal preocupação planetária atualmente que é o aquecimento global.

A Revolução Industrial, a partir do século XIX, reconfigurou a relação dos humanos com a natureza, com o surgimento de tecnologias que multiplicaram a potência do trabalho tanto na agricultura quanto na indústria, alteraram ou destruíram ecossistemas naturais, desencadeando uma nova onda de extinção das espécies; e promoveram mudanças climáticas no planeta, com impactos negativos de longo prazo, para toda a comunidade de vida (Viana, 2025).

As dinâmicas estabelecidas pela industrialização crescente, através das relações de produção historicamente determinadas, capazes de definir como se produz e com quais meios de trabalho se produz, tornou o modo de produção capitalista dominante. Este modo separou o capital do trabalho e provocou uma cisão entre a sociedade e a natureza, rompendo o equilíbrio fundamental para que a vida humana se perpetuasse (Foster, 2005; Burkett, 2014).

Nos últimos três séculos a crise climática tem se agravado, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, com a destruição dos bens da natureza e com a crescente emissão de gases de efeito estufa provocando danos na camada de ozônio, e fazendo com que aumentassem as preocupações globais com as mudanças climáticas. Eventos extremos foram se tornando frequentes em diferentes partes do planeta. Os Estados nacionais e a sociedade como um todo, começaram a ser desafiados a buscar soluções para a crise climática. As Conferências

### **PALAVRAS-CHAVE**

**COP30; Cúpula dos Povos; Justiça climática; Povos indígenas; movimentos sociais.**

### **PALABRAS CLAVE**

**COP30; Cumbre de los Pueblos; justicia climática; pueblos indígenas; movimientos sociales.**

### **KEYWORDS**

**COP30; People's Summit; climate justice; Indigenous peoples; social movements.**

**Recibido:**  
**14/12/2025**

**Aceptado:**  
**05/06/2026**

realizadas pelas Nações Unidas e os Fóruns organizados por inúmeros grupos sociais têm se constituído em espaços necessários para o debate e a busca de soluções para a crise crescente.

## 2. As nações unidas e o meio ambiente

As Nações Unidas realizaram três Conferências Mundiais sobre o meio ambiente. A primeira foi ocorreu em Estocolmo, Suíça, em 1972 e as outras duas Conferências foram realizadas na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, em 1992 e 2012. Nesses trinta anos aconteceram, em todo o mundo, debates sobre a questão ambiental e crise ecológica, especialmente sobre as mudanças climáticas, isto devido aos intensos efeitos destas transformações tem provocado na sociedade e na natureza.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, mais conhecida como Conferência de Estocolmo, organizada pelas Nações Unidas, foi um marco nos debates sobre o meio ambiente. Ela ocorreu de 5 a 16 de junho de 1972, em Estocolmo, na Suécia, e envolveu 113 chefes de estado. Esta Conferência procurou refletir a preocupação global dos países com a degradação do meio ambiente, enfatizando a poluição atmosférica, dos cursos d'água, dos mares, e dos solos urbanos e rurais; o desmatamento dos diversos biomas do planeta, entre outras formas, e a necessidade de ações para frear esta degradação através do diálogo e da cooperação entre os países.

A Conferência de Estocolmo é referida como sendo importante para a busca de alternativas que poderiam possibilitar uma relação respeitosa e justa entre os seres humanos e a natureza, visando um desenvolvimento econômico com baixa ou nenhuma degradação ambiental. Já em sua abertura foi explanado, no discurso do Secretário-Geral da Conferência, esta intenção:

A tarefa fundamental desta conferência é incutir nas mentes dos homens a nova visão de um futuro mais amplo e próspero que a nossa vontade e energias coletivas podem moldar para toda a humanidade; construir um programa de ação concertada que represente um primeiro passo importante rumo à concretização dessa visão; construir o novo veículo de cooperação internacional que nos permitirá continuar a longa jornada em direção à harmonia criativa e dinâmica entre o homem e a natureza, que proporcionará o ambiente ideal para a vida humana no Planeta Terra (Strong, 1972).

A Conferência de Estocolmo tornou possível que as questões que afetam negativamente o meio ambiente fossem colocadas na agenda dos diversos países da ONU. Também criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e estimulou à criação de instituições relacionadas ao meio ambiente nos diversos países e a maior participação da sociedade nas questões ambientais (LAGO, 2006, p. 65). Esse foi um primeiro pontapé do que seriam os debates que elaborariam o conceito de desenvolvimento sustentável e um plano de ação para o futuro.

A partir de meados dos anos 1980 o debate sobre o ambiente ganhou impulso, principalmente, com o lançamento do Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, denominado *Nosso Futuro Comum*, ou *Relatório Brundtland*<sup>2</sup>, em 1987. Este relatório foi importante por ter abordado o conceito de desenvolvimento sustentável, nele ajustando o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

1. Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1991, p. 49).

Após vinte anos da Conferência de Estocolmo, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, realizada em 1989, diante do crescente acirramento da crise ambiental, convoca a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O impacto da Conferência de Estocolmo, a emergência de um movimento ambientalista organizado, o aparecimento de problemas em escala mundial, a repercussão midiática de diversas catástrofes passíveis de vinculação à má gestão das relações do homem – e da economia – com a natureza, a publicação do Relatório Brundtland, o impasse no diálogo Norte-Sul e, portanto, a vontade de alguns Estados de o reiniciar sob uma forma diferente, tudo isto contribuiu, em graus variados, à sustentação da idéia de uma conferência que, vinte anos após a de Estocolmo, se empenhasse em catalisar a cooperação internacional em favor de uma série de ações concretas e ambiciosas com vistas ao crescimento econômico, à melhora da qualidade de vida dos indivíduos e à proteção do meio ambiente natural (Le Prestre, 2000, p. 202).

Assim, em 1992 ocorre, nos dias 3 a 14 de junho, no Rio de Janeiro, a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, denominada comumente de Eco-92, Cúpula da Terra ou Rio-92. A preparação para esta Conferência foi importante e proporcionou uma significativa participação de nações e de diferentes segmentos da sociedade. Ocorreram uma série de conferências regionais sobre o meio ambiente e desenvolvimento; foram montados grupos de trabalho e diversos eventos e reuniões aconteceram.

Os debates e documentos resultantes da preparação para a Conferência do Rio deram corpo e vieram a fundamentar os debates para acordos que foram explicitados no documento final da Eco-92. Desde a sua preparação, ONGs e movimentos sociais também vinham participando dos debates, trazendo seus pontos de vista e interesses. Desta forma, a Eco-92 foi o resultado de um importante processo preparatório que pretendeu diminuir as arestas, principalmente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Um dos principais objetivos desta Conferência, definido na Resolução 44/228 da Assembleia Geral da ONU, em 1989, foi “elaborar estratégias e medidas para deter e inverter os efeitos da degradação do meio ambiente no contexto da intensificação de esforços nacionais e internacionais feitos para promover um desenvolvimento sustentável e ambientalmente racional em todos os países”.

A Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 produziu documentos importantes que serviram de base para ações e debates coordenados, nacionais e regionais, nos anos vindouros. A Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB); a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC); a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Agenda 21; e a Declaração de Princípios sobre as Florestas foram assinados por diversos estados-membros da ONU presentes na Eco-92.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima deu origem às Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, ou simplesmente Conferência das Partes (COP) sobre Mudanças Climáticas, órgão máximo de decisão. Os países que assinaram<sup>3</sup> a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima se reúnem a cada ano numa Conferência das Partes (COP). Suas decisões são coletivas e consensuais e só podem ser tomadas se forem aceitas unanimemente pelas Partes, sendo soberanas e valendo para todos os países que assinaram a Convenção. O principal objetivo das COPs sobre Mudanças Climáticas é definir e desenvolver ações para a redução da emissão de gases de efeito estufa e construir acordos mundiais para combater as mudanças do clima e as ações que o prejudiquem.

A primeira edição da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP1), foi realizada em Berlim, na Alemanha, em março de 1995. Depois de pouco mais de 30 anos, até a COP30, ocorreram diversos debates sobre a situação climática e o acirramento da poluição atmosférica com o aumento das emissões de gases de efeito estufa, impulsionadas pelo uso de combustíveis fósseis e desmatamento e queimadas; a poluição por plásticos, nos oceanos e microplásticos, que estão presentes em toda a cadeia alimentar, tendo sido detectados também no sangue e nos pulmões humanos. Também a poluição de rios e oceanos pelo esgoto doméstico e industrial, a acidez dos oceanos pela grande absorção de CO<sub>2</sub> da atmosfera, prejudicando a vida marinha, e o uso de agrotóxicos indiscriminadamente na agricultura.

Esses e outros debates perpassaram as trinta Conferências das Partes sobre Mudanças Climáticas que ocorreram de 1995 a 2025. Neste texto destacam-se as Conferências de Quioto (COP3) e de Paris

(COP21) por terem estabelecido dois instrumentos entre as partes, um em cada Conferência, para o controle das emissões de gases de efeito estufa. A COP3, realizada entre 1 e 12 de dezembro de 1997, em Quioto, no Japão, foi considerada um importante marco nas discussões sobre as mudanças do clima. O resultado desta Conferência foi a elaboração do Protocolo de Quioto, nome dado em referência à cidade de realização da COP3.

Este protocolo foi um passo significativo para o enfrentamento objetivo das mudanças do clima. Ele estabeleceu mecanismos e estrutura para que houvesse a redução de emissões de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento do planeta. Um desses mecanismos, definidos pelo Protocolo de Quioto, diz respeito à necessidade imperativa de redução da emissão de gases de efeito estufa em torno de 5,2% em relação aos patamares de 1990. O Protocolo possuía

regras e diretrizes próprias, com sanções aos infratores, assegurando que ele tenha uma real efetividade, além de garantir o cumprimento das metas estabelecidas. O principal objetivo do Protocolo é contribuir com ações efetivas para a redução dos GEE em torno de 5,2% das emissões registradas no ano de 1990 (Hoppe *et al.*, 2015, p. 112).

Esta meta dizia respeito aos países desenvolvidos listados no anexo 1 do Protocolo de Quioto, os países em desenvolvimento não estava sujeitos às obrigações do Protocolo. Conforme Lago (2013), a importância do Protocolo de Quioto foi

do ponto de vista político, o fato de os países do Anexo 1 (Membros da OCDE e economias em transição) terem metas, e os países em desenvolvimento não as terem, representou o claro reconhecimento em um documento capital do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (...). Do ponto de vista econômico, o fato de os países fora do Anexo 1 não terem metas assegurava certa flexibilidade a seus projetos de desenvolvimento (Lago, 2013, pp. 130-131).

Assim, o Protocolo de Quioto foi significativo pelo fato de ter estipulado metas para os países desenvolvidos limitarem as emissões de gases de efeito estufa. Para os países em desenvolvimento possibilitou adotar ou não essas metas. Importante referir que um dos mecanismos estabelecidos pelo Protocolo de Quioto foi o do mercado de carbono que, na lógica capitalista de exploração da natureza, buscou viabilizar o alcance das metas de redução das emissões de gases de efeito estufa. A flexibilização das metas permitiu tratar o carbono como uma mercadoria. Desta forma, países desenvolvidos puderam financiar projetos de desenvolvimento sustentáveis em países em desenvolvimento e em troca receber créditos de carbono, ou seja, permissão para poluir.

Outra Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas que se destaca pela importância de suas resoluções é a de número 21, a COP21<sup>4</sup>. Ocorrida em Paris, França, de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015, a COP21 foi significativa no combate às mudanças do clima e na adaptação aos seus efeitos. Nela foi estabelecido o Acordo de Paris, considerado um marco para a governança global referente ao clima, passando a ser o principal instrumento de gestão, substituindo efetivamente o Protocolo de Quioto. O fato das mudanças do clima terem vindo a causar uma certa apreensão pelos seus efeitos e devido a percepção e repercussão que este tema tem tido na sociedade, impulsionaram os esforços para que os países membro dessem uma resposta aderindo ao Acordo de Paris.

A principal contribuição do Acordo de Paris foi adotado por 195 países e sua principal contribuição foi definir um limite a ser perseguido para o aquecimento global. O objetivo do Acordo era de que os países não ultrapassassem os 2 graus Celsius e que fizessem esforços para não superar 1,5 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais. Também reforçou a necessidade de diminuir as emissões de gases de efeito estufa e de adaptação às mudanças do clima. Esse acordo ainda procurou acabar com a pobreza, tendo em conta as diferenças entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, como é possível verificar em seu segundo artigo:

1. Este Acordo, ao aprimorar a implementação da Convenção, incluindo a consecução de seu objetivo, visa fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas, no contexto do desenvolvimento sustentável e dos esforços para erradicar a pobreza, e para tanto:

- a) Manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais e envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria substancialmente os riscos e os impactos das mudanças climáticas;
- b) Aprimorar a capacidade de adaptação aos efeitos adversos das mudanças climáticas e promover a resiliência ao clima e um desenvolvimento com baixas emissões de gases de efeito estufa, de forma que não comprometa a produção de alimentos; e
- c) Posicionar os fluxos financeiros em um nível compatível com uma trajetória que conduza ao desenvolvimento resiliente ao clima e com baixas emissões de gases de efeito estufa.

2. O presente Acordo será aplicado de modo a refletir a equidade e o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e das respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais (Nações Unidas, 2015, p. 3).

Foi estabelecido no Acordo de Paris que todos os países signatários deveriam apresentar suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, em inglês) e não apenas os países desenvolvidos. Segundo Goldenberg (2023) o consenso estabelecido no Acordo de Paris se deveu à não existência de

metas mandatárias para a redução das emissões em nenhum país – como havia sido aprovado no Protocolo de Kyoto –, mas cada país fixa suas próprias metas (“Contribuição Nacional Determinada Pretendida”), que comunicadas ao Secretariado da Convenção do Clima se tornam mandatárias (“Contribuição Nacional Determinada”). As metas são diferentes para cada país: metas mais ambiciosas são adotadas em países onde a conscientização para os problemas gerados pelo aquecimento global é maior. Globalmente, a intenção é que os diferentes países adotem metas que no seu conjunto evitem um aumento de 1,5 °C na temperatura global (Goldenberg, 2023, p. 280).

As Conferências das Partes que se sucederam após a COP21, de Paris, com exceção da COP30 que será abordada mais detalhadamente a seguir, apresentaram poucos avanços em termos de propostas para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Elas estiveram concentradas em dar consistência operacional ao cumprimento do estabelecido no Acordo de Paris.

A COP de Paris (COP21) é considerada um marco em relação ao enfrentamento das mudanças climáticas no mundo, graças ao Acordo realizado. Denominado Acordo de Paris, ele definiu que a temperatura média global deve permanecer abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, com esforços para limitá-lo a 1,5°C, tarefa a ser perseguida por todos os países. Também criou as Contribuições Nacionalmente Determinadas, metas estabelecidas por cada nação para a redução de emissões de gases de efeito estufa, que podem ser ajustadas a cada cinco anos. Por fim, estipulou que os países desenvolvidos deveriam financiar ações dos países em desenvolvimento para mitigação e adaptação às mudanças do clima.

Tanto o Protocolo de Quioto, quanto o Acordo de Paris foram e têm sido criticados. Os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) servem de base para as críticas relacionadas ao aquecimento global e fornecem vasto material técnico e científico que, por vezes, parece ser ignorado pelas Conferências das Partes e pelos que elaboram os instrumentos jurídicos pactuados. São urgentes medidas que parem com as mudanças do clima, como é possível constatar no sexto relatório do IPCC.

A mudança do clima tem causado danos substanciais e, cada vez mais, perdas irreversíveis em ecossistemas terrestres, de água doce, criosféricos e costeiros e de oceano aberto (alta confiança). A extensão e a magnitude dos impactos da mudança do clima são maiores do que os estimados em avaliações anteriores (alta confiança) (IPCC, 2023, p. 64).

Também as críticas foram realizadas por esses instrumentos possibilitarem a compra de direitos de poluir através do mercado de carbono, por vezes utilizando-se das próprias terras das comunidades tradicionais,

sem seu consentimento. E pela adoção de falsas soluções como a transição energética, isto é, a substituição de energias baseadas em combustíveis fósseis por energias renováveis e limpas. Marques (2022), citando o Relatório *Banking Climate Chaos* de 2022, mostra que a ampliação de empresas de combustíveis fósseis contou com o financiamento dos sessenta maiores bancos privados do mundo. Só esses exemplos mostram o fracasso desses instrumentos para barrar o aquecimento global.

A COP30 foi a Conferência que gerou mais expectativas. Fazia 10 anos do Acordo de Paris e seria necessário realizar um balanço e adotar medidas mais enérgicas e ambiciosas para conter a mudança do clima no planeta que se acirrava, com eventos extremos catastróficos. Era o momento de cada nação ajustar as Contribuições Nacionalmente Determinadas, estipuladas no Acordo de Paris, as quais deveriam ser arrojadas para que o planeta não ultrapassasse a temperatura de 1,5 graus Celsius. A 30ª Conferência das Partes sobre Mudanças do Clima (COP30), da Organização das Nações Unidas, foi realizada de 10 a 21 de novembro de 2025, em Belém, no estado do Pará, na Amazônia brasileira.

O Brasil, anfitrião da COP30, buscou construir, para discussão, uma proposta de agenda de ações que possibilitasse a redução da dependência de combustíveis fósseis e outra proposta de um Mapa do Caminho para definição de uma trajetória da transição energética, ou seja, quando e como reduzir tal dependência. Mas as controvérsias nesse ponto foram muitas e o documento final da COP30 nem faz menção aos combustíveis fósseis. Outra controvérsia está relacionada ao financiamento para realização da transição energética. Nesse ponto, países desenvolvidos e em desenvolvimento não chegaram a um consenso. Quanto às Contribuições Nacionalmente Determinadas, definidas conforme o Acordo de Paris, estava previsto que elas deveriam ser apresentadas na COP30. Vários países as apresentaram, mas elas não foram suficientemente arrojadas como o esperado para confrontar a grave emergência climática que o mundo tem enfrentado. O insucesso dos debates destes temas frustraram muitos países, movimentos sociais e organizações que os acompanham.

O governo brasileiro também propôs o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, sigla em inglês) que consiste em um fundo permanente para remunerar países e comunidades que mantêm suas florestas preservadas. Ele funciona como um incentivo financeiro para o desmatamento zero; para a preservação da biodiversidade; para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, e para colaborar com os povos indígenas e comunidades tradicionais que buscam a sustentabilidade, as quais receberão diretamente 20% do fundo. Apesar de haver críticas de que a proposta seja uma forma de mercantilização da natureza, ela tem sido considerada por poder contribuir com a preservação das Florestas Tropicais.

A participação da população mundial nos debates sobre as mudanças do clima, especialmente tendo como base a percepção popular dos efeitos do aquecimento global e os estudos dos cientistas reunidos no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que mostra as graves consequências das mudanças do clima, entre elas o derretimento das calotas polares; a elevação do nível dos mares ameaçando as cidades costeiras e países insulares; aceleração da perda da biodiversidade com a extinção de espécies; alterações nos regimes de chuvas e das estações, prejudicando as atividades agrícolas, comprometendo a soberania alimentar e consequentemente a saúde humana, com a fome, doenças e estresse térmico e finalmente a sucessão, cada vez em maior escala, de eventos climáticos extremos, que têm acontecido, reforçou a organização que vinha sendo feita e que ganhou força por ocasião da preparação da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92), e fez com que fosse articulada a Cúpula dos Povos.

### 3. Percurso da cúpula dos povos

A Cúpula dos Povos tem sido o processo de articulação e organização dos mais ricos, realizado em paralelo a quase todas as edições das Conferências das Nações Unidas, especialmente nas do Meio Ambiente. Sua constituição se deu como um espaço de articulação dos povos indígenas, comunidades tradicionais, movimentos sociais rurais e urbanos e organizações, em geral. Acontece como contraponto às Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, nas quais essas populações não se sentem

representadas. O debate nessas articulações gira em torno de direitos, justiça ambiental e social e de dar voz às realidades, lutas e propostas. Este debate aponta os efeitos da crise climática e a atuação das empresas e do Estado.

Seu início se deu durante a organização da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992. Ao mesmo tempo da preparação e da própria Conferência, movimentos sociais e ONGs de todo mundo se articularam para garantir a participação da sociedade nessa importante Conferência. Coube às organizações e movimentos sociais brasileiros serem anfitriões e viabilizarem a realização do Fórum Global<sup>5</sup>, paralelo a RIO 92. Foi o início do que seria, no futuro, a Cúpula dos Povos.

O Fórum Global das ONGs e Movimentos Sociais conseguiu reunir cerca de 3 mil organizações no Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, entre os dias 1 e 14 de junho de 1992 e cerca de 20 mil pessoas participaram de suas atividades. Neste Fórum foram aprovados 40 tratados abordando diversos temas relacionados ao meio ambiente, como justiça social e ambiental, erradicação da pobreza, mudanças nos padrões de consumo e produção, entre outros (UNFCCC, 1992). O Fórum Global deu um impulso à cidadania planetária (Gadotti, 2008, p. 29).

Assim, o Fórum Global teve importância por ter colocado na pauta da população o debate sobre o meio ambiente e o futuro da humanidade. Deu visibilidade aos povos indígenas, a comunidades tradicionais e às populações marginalizadas de diversas partes do planeta. Este Fórum se tornou um lugar de fala, diálogos e formação de povos e populações de todos os continentes, mas sobretudo foi um lugar de ação em defesa da natureza e da vida daqueles mais afetados pela sua destruição. Também possibilitou a cooperação e solidariedade entre os povos.

De 1992 em diante, as Conferências que se seguiram contaram com a participação ativa da sociedade civil de vários países, mas a principal participação de movimentos sociais e organizações não governamentais foi a ocorrida por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)<sup>6</sup>. Consolidada como Cúpula dos Povos, ela ocorreu paralelamente a Rio+20, de 15 a 23 de junho de 2012, no Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro. Seu intuito foi “discutir as causas da crise socioambiental, apresentar soluções práticas e fortalecer os movimentos sociais do Brasil e do mundo” (Brasil, 2012). Durante a Cúpula dos Povos foram realizadas diversas atividades, organizadas pelos movimentos sociais e organizações da sociedade.

A riqueza dos debates, avaliações e proposições da Cúpula dos Povos contrasta com a Conferência da ONU pela sua própria construção em buscar a unanimidade entre os Estados-membros, as quais possuem diferentes estágios históricos de desenvolvimento sociocultural, ambiental e econômico, mas principalmente pelos interesses de poderosas empresas e países dominadores. A Conferência oficial foi referida como sendo um fracasso do ponto de vista dos interesses dos movimentos e organizações sociais. Andrade (2012) afirma que o documento final da Rio+20

acabou colocando nas mãos do mercado, com o disfarce da “economia verde”, a tarefa de solucionar problemas cruciais como a pobreza, a fome, os estrangulamentos provenientes de conglomerados urbanos, e o acesso e a conservação dos recursos naturais e bens comuns, como oceanos e florestas (Andrade, 2012, p. 37).

*A Declaração final da Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça social e ambiental em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida faz duras críticas aos resultados da Rio+20:*

Há vinte anos o Fórum Global, também realizado no Aterro do Flamengo, denunciou os riscos que a humanidade e a natureza corriam com a privatização e o neoliberalismo. Hoje afirmamos que, além de confirmar nossa análise, ocorreram retrocessos significativos em relação aos direitos humanos já reconhecidos. A Rio+20 repete o falido roteiro de falsas soluções defendidas pelos mesmos atores que provocaram a crise global. À medida que essa crise se aprofunda, mais as corporações

avançam contra os direitos dos povos, a democracia e a natureza, sequestrando os bens comuns da humanidade para salvar o sistema econômico-financeiro (Brasil, 2012).

A Cúpula dos Povos afirmou também que “as alternativas estão em nossos povos, nossa história, nossos costumes, conhecimentos, práticas e sistemas produtivos, que devemos manter, revalorizar e ganhar escala como projeto contra hegemônico e transformador” (Brasil, 2012). A referida declaração indica ainda que o fracasso da Rio+20 contribuiu para reforçar a cooperação e união para enfrentar as adversidades climáticas, e outras. “A transformação social exige convergências de ações, articulações e agendas comuns a partir das resistências e proposições necessárias que estamos disputando em todos os cantos do planeta. A Cúpula dos Povos na Rio+20 nos encoraja para seguir em frente nas nossas lutas” (Brasil, 2012).

#### 4. Cúpula dos povos na Amazônia

A Amazônia, seus povos originários, comunidades tradicionais e as populações da cidade, do campo das águas e das florestas, de uma forma geral, foram colocadas no centro das discussões globais. Tal fato permitiu que as vozes daqueles que sentem na pele os efeitos nocivos das mudanças do clima fossem ouvidas pelo mundo, sensibilizando ainda mais para a preservação e conservação deste importante bioma para o planeta e dos demais biomas brasileiros e mundiais.

Como foi referido, a COP30 colocou a Amazônia no centro do debate sobre mudanças climáticas. A cidade de Belém foi acometida por milhares de pessoas, grande parte olhando para as transformações que têm vindo a ocorrer em suas vidas com a crise climática. Diversos chefes de estado se fizeram presentes e outros enviaram representantes. A Conferência sobre as Mudanças Climáticas, realizada na Amazônia, teve um significado especial devido a importância da região para o equilíbrio climático mundial e pelas investidas que ela tem recebido ao longo dos anos. O desequilíbrio climático vem se intensificando com o desmatamento e queimadas das florestas e com a criação de gado bovino na região. Ambas as atividades emitem consideráveis quantidades de gases do efeito estufa, os desmatamentos e queimadas emitem principalmente gás carbônico (CO<sub>2</sub>) e as atividades pastoris principalmente o metano (CH<sub>4</sub>) (IPCC, 2023; Fearnside, 2002).

A Cúpula dos Povos da COP30, ocorreu de 12 a 16 de novembro de 2025, em Belém, estado do Pará, Brasil, principalmente na Universidade Federal do Pará. A participação de movimentos sociais, organizações da sociedade de diversos países foi significativa e os debates que ocorreram tiveram um caráter de denúncia, divulgação, elaboração de propostas e definição de ações para o enfrentamento das situações que colocam em risco a existência dos povos e populações, da cultura e do ambiente.

Ao contrário da Conferência oficial, estruturada em espaços de negociação dominados por governos e corporações, a Cúpula dos Povos se estabelece num território político autônomo, direcionado à construção coletiva de soluções elaboradas a partir das experiências concretas de quem enfrenta cotidianamente enchentes, secas, contaminação industrial, avanço do agronegócio, expulsões territoriais e violações ambientais. Por isso, a Cúpula é apresentada não como um evento paralelo, mas como o verdadeiro palco popular da justiça climática (Cúpula dos Povos, 2025).

Os povos indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, camponeses, agricultores familiares, enfim, as populações das florestas, das águas, dos campos e das cidades são as que mais sofrem com as mudanças do clima. Fortalecer as populações; confluir as agendas, tendo em conta suas especificidades; defender a democracia e a solidariedade internacional, buscar alternativas ao modelo econômico vigente e enfrentar os efeitos da crise climática foram alguns dos objetivos da Cúpula dos Povos da COP30. Ela

nasce do entendimento de que a crise climática não pode ser tratada apenas como um problema técnico ou diplomático, mas como uma questão profundamente social, vivida nas comunidades e diretamente relacionada às desigualdades históricas que afetam povos originários, populações tradicionais, juventudes periféricas, trabalhadores/as do campo e da cidade (Cúpula dos Povos, 2025).

Foram várias as ações realizadas na Cúpula dos Povos. Essas ações foram verdadeiros momentos para uma maior articulação e união entre as organizações participantes; para marcar uma posição em relação aos temas debatidos na COP30; para debater, denunciar e propor ações e estratégias e para contribuir com a criação de uma consciência socioambiental mundial. Neste sentido foram organizados debates, oficinas, rodas de diálogo, plenárias e trocas de experiências, cujo intuito foi “identificar os principais desafios enfrentados pelas comunidades e mapear as soluções já existentes nos territórios” (Cúpula dos Povos, 2025).

Algumas outras atividades foram a barqueata, manifestação com embarcações pelos rios Guamá e baía do Guajará; a cúpula das infâncias, que deu protagonismo às realidades das crianças e adolescentes; a feira popular dos povos, que possibilitou mostrar os produtos da sociobiodiversidade e da economia solidária; o porongaço<sup>7</sup> das populações da floresta, manifestação que mostrou a importância da defesa da floresta e da resistência de seus povos; a marcha popular por justiça climática, auge da expressão das lutas dos participantes; e o banquete, cozinhas coletivas que prepararam, com produtos de verdade, direto dos territórios, alimentos distribuídos na praça central da cidade de Belém.

Mais do que uma série de atividades, a programação da Cúpula dos Povos reflete uma forma diferente de pensar o clima: de baixo para cima, com protagonismo popular e territorialidade. Cada dia da programação é uma etapa viva de construção coletiva e demonstra que o enfrentamento à crise climática passa, necessariamente, pelo fortalecimento das comunidades que já protegem e regeneram os biomas. A Cúpula convoca a sociedade a participar não como espectadora, mas como sujeito ativo na construção de um outro modelo de futuro (Cúpula dos Povos, 2025b).

Destacam-se, a seguir, algumas atividades ocorridas durante a Cúpula dos Povos na COP30 pelo seu simbolismo, organização e construção coletiva e pela demonstração de força para lutar por direitos dos povos e da natureza.

#### 4.1. Barqueata no Rio Guamá e baía do Guajará

A barqueata inaugurou a Cúpula dos Povos na COP30 e foi um momento simbólico de muito significado (Imagem 1). Consistiu em uma manifestação, principalmente das comunidades ribeirinhas, com diferentes embarcações, que chegaram em Belém para a abertura da Cúpula dos Povos. Essa manifestação pelas águas amazônicas partiu das cercanias de Belém e do Marajó e dos rios Araguaia e Tocantins, isto é, em geral dos rios amazônicos e seus afluentes. A barqueata chamou a atenção para as causas das populações da Amazônia que estão sendo afetadas pelas mudanças climáticas e pelo modelo de exploração da região. Este modelo favorece a expansão capitalista que busca o lucro em detrimento dos povos indígenas e populações locais. Conforme os organizadores da barqueata,

o barramento dos rios está entre as ações corporativas e infraestruturas denunciadas por causarem impactos que cada vez mais contribuem para a crise climática como mudança no curso das águas, assoreamentos, extinção de espécies, inundações de áreas que antes eram de floresta e expulsão de comunidades guardiãs de práticas de preservação. Esses impactos também são enfrentados pelos pescadores que mantêm histórica relação cultural com o mar. Ribeirinhos e pescadores de todo o mundo sofrem diretamente com as contaminações dos rios e áreas costeiras causadas pela exploração mineral e pelos vazamentos de produtos químicos (...). Por isso, os movimentos e organizações da Cúpula dos Povos se unem para fazer ecoar sobre as águas o grito de denúncia contra decisões da COP que mantêm esse modelo de exploração dos territórios (Cúpula dos Povos, 2025b).

Na Amazônia os rios comandam a vida, são eles que vêm sentindo com mais força os efeitos perversos da crise climática e da exploração predatória dos bens da natureza, e consequentemente também os sentem quem trabalha e vive sob seu comando. Neste sentido, realizar a barqueata foi apresentar a cultura, defender os direitos dos povos e comunidades tradicionais e denunciar o descaso com o ambiente e as populações da região.



Imagem 1. Barqueata no Rio Guamá na abertura da Cúpula dos Povos. Fonte: Mídia Ninja, 2025.

## 4.2. Banquetaço

O Banquetaço chamou a atenção dos participantes da Cúpula dos Povos, da COP30 e da população de Belém. Foi um processo repleto de simbolismo e política, um momento de sociabilidade e solidariedade (Imagem 2). A elaboração e distribuição de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, direto da agricultura familiar e camponesa, onde as relações de produção são justas, sem dúvida, foi também uma ação de resistência e luta política que conseguiu mostrar que é necessário terra para quem nela trabalha como garantia de comida de verdade e para contribuir na superação das consequências das mudanças climáticas na vida dos povos e populações.

o Banquetaço é uma forma de luta para dizer que a Reforma Agrária, a demarcação de terras indígenas e o reconhecimento dos territórios são «necessários pra gente ter uma alimentação saudável com alimentos que contribuem pro equilíbrio ecológico do planeta». (...) O Banquetaço, portanto, não foi apenas uma refeição, mas o encerramento simbólico da Cúpula dos Povos com um gesto de cooperação e nobreza. Foi um ato de “fortalecimento da nossa luta” e de “convencimento da sociedade” sobre a necessidade de apoiar a agricultura familiar e os sistemas alimentares que são menos prejudiciais, demonstrando que a solução para a crise ambiental está na terra livre e na alimentação saudável (MST, 2025b).

As mudanças climáticas afetam todas as etapas de produção e distribuição de alimentos, comprometendo a soberania alimentar. Os eventos extremos, como cheias e secas prolongadas, dificultam as atividades econômicas e o modo de vida e desequilibram os sistemas da alimentação. O Banquetaço da Cúpula dos Povos da COP30 foi um grito por justiça climática, socioeconômica, cultural e ambiental. Foi uma



Imagem 2. Banquetaço da Cúpula dos Povos. Fonte: MST, 2025.

oferenda, uma manifestação de solidariedade e uma demonstração de luta e apresentação de propostas à crise climática.

### 4.3. Marcha Global por Justiça Climática

A riqueza de povos e comunidades, biomas, manifestações culturais, temas debatidos e muito mais presenciados nas diversas atividades realizadas durante a Cúpula dos Povos da COP30, pode ser resumida em sua Marcha. Nela todas as expressões foram representadas de alguma forma. Diversas performances mostraram o efeito nocivo das mudanças do clima, o que os povos podem fazer para sua soberania alimentar e para enfrentar os desmandos dos que se acham donos das terras e das vidas (Imagem 3).

Imerca de 50 mil pessoas entoando diferentes palavras de ordem e músicas com significados simbólicos; grupos empunhando cartazes e faixas demarcando temas de interesse, todos e todas buscando a unidade na diversidade. O objetivo comum foi dizer, aos que negociam formas para diminuição do efeito estufa, que há alternativa e que os povos e populações do planeta estão atentos para que haja justiça social e climática para os povos e populações. A Marcha da Cúpula dos Povos gritou para quem quisesse ouvir que é necessária uma outra matriz energética, o modelo atual acelera a crise climática.

O ato se traduz em um alerta contundente: os povos que resistem diariamente ao desmatamento e à ganância que mercantiliza a terra e a vida são os verdadeiros responsáveis por guiar a solução climática. O protesto é o principal contraponto político à cúpula oficial, unindo a agenda do governo federal e a voz da base em uma só praça. (...) A Marcha está organizada com base na urgência de fazer com que as vozes da rua – dos atingidos, das periferias, dos povos indígenas e dos trabalhadores – sejam escutadas nas mesas de negociação da COP30. O percurso de 4,5 km é um símbolo da resistência global que exige o cumprimento das metas climáticas e a construção de um Projeto de Transição Justa que saia da teoria e se torne prática no Sul Global (Cúpula dos Povos, 2025).

A Marcha da Cúpula dos Povos da COP30 gerou uma onda de solidariedade e pertencimento, proporcionando a convergência dos grupos sociais em torno de uma pauta comum. As insatisfações das pessoas acabaram



Imagem 3. Marcha da Cúpula dos Povos da COP30. Fonte: Núcleo de Estudos Amazônicos, UnB, 2025.

se transformando em uma força coletiva. Elas dão voz a grupos historicamente excluídos e marginalizados, que expõem importantes injustiças sociais. Assim, na Marcha são clamadas mudanças estruturais na sociedade, buscando a transformação da realidade e do modelo de desenvolvimento.

## 5. A voz dos povos e movimentos

A preparação, organização e realização da Cúpula dos Povos contaram com povos e movimentos de diversas partes do mundo. Estiveram por todos os lados, manifestando, levando suas experiências, lutas e pautas. Deste conjunto de participantes, destacam-se os povos indígenas e camponeses como referência através de suas organizações, especialmente da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil<sup>8</sup> (APIB) e da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica<sup>9</sup> (COICA), e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra<sup>10</sup> (MST) do Brasil e da Via Campesina<sup>11</sup>.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina estiveram ativamente na organização da Cúpula dos Povos da COP30 e somaram esforços na construção de sua carta final. Também participaram da elaboração de documentos coletivos que foram levados para a Cúpula dos Povos, como o *Manifesto em defesa dos territórios e soberania alimentar frente aos mercados da natureza*. Neste manifesto, assinado por mais de meia centena de organizações, movimentos sociais, coletivos e ativistas de direitos humanos e da natureza, afirmaram que suas vozes se levantam “contra o contínuo avanço do capital sobre a natureza e nossos territórios, nossos bens comuns e nossos modos de vida” (MST, 2025).

Para além das posições tomadas no acompanhamento da COP30 e da Cúpula dos Povos expostas nas páginas da internet, o MST, a Via Campesina e as organizações que subscreveram o referido Manifesto fizeram duras críticas à financeirização dos bens comuns, ao mercado de carbono, entre outras.

Denunciamos como falsas soluções as estratégias de subjugação da soberania dos povos pelo capital extrativo, tecnológico e financeiro, sob o discurso de combate à crise climática por meio da pretensa redução de emissões através de compensações de carbono ou por meio de uma “transição energética”. A aplicação de tecnologias como solução para o crescimento ilimitado e a subsequente propriedade privada sobre bens comuns são fórmulas históricas que geram controle corporativo-financeiro, excluindo todos os demais e criando lucros a partir da escassez. A terra, a água, as florestas, as sementes, a biodiversidade, os sistemas alimentares e agora também os dados sobre eles e de todas as pessoas estão sendo convertidos em mercadorias e ativos financeiros, cada vez mais sujeitos à lógica especulativa em benefício das corporações e dos investidores (MST, 2025).

Por fim, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a Via Campesina, em suas posições sobre os debates relacionados à crise climática, afirmam que as soluções estão na derrocada do sistema capitalista e na das assimetrias que gera, inerentes a este modelo.

Em relação às representações dos Povos Indígenas, diante dos resultados da COP30, elas elaboraram declarações com suas reflexões. Destas organizações destacam-se as posições tomadas pela Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) e a da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). A COICA congrega organizações indígenas dos nove países da Amazônia e fazem parte da APIB as organizações de diferentes regiões e povos do Brasil.

As duas organizações, COICA e APIB, afirmam a importância da participação de um número significativo de indígenas, que pautaram politicamente a COP30 com temas como o direito ao território, a proteção e a autodeterminação dos povos. “A COP30 se conclui com avanços históricos para os povos indígenas: demarcações, compromissos financeiros, programas estruturantes e o reconhecimento de que nossos territórios são política climática” (APIB, 2025). Destacam que algumas ações realizadas no bojo da COP30 como o reconhecimento e proteção dos povos indígenas, especialmente aqueles “em isolamento voluntário e recente contato”, e também de seus territórios cuja homologação de quatro Territórios Indígenas no Brasil

é um aceno importante na concretização de direitos territoriais e, finalmente, o acesso direto dos povos indígenas à parte dos recursos do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, sigla em inglês) é um avanço concreto e mostra que a luta é essencial para conquista de direitos. “Cada conquista foi fruto da mobilização incansável de nossas lideranças, organizações e povos: nada nos foi dado. Ainda assim, os resultados da COP foram insuficientes para o real enfrentamento à crise climática” (APIB, 2025).

Uma das atividades realizadas pelos povos indígenas foi a Marcha Global Indígena. Ela ocorreu no dia 17 de novembro com a palavra de ordem “A Resposta Somos Nós”. Marcharam pela demarcação e proteção dos seus territórios, pela participação nas decisões nas mesas de diálogo e acordos das COPs, pelo fim da exploração de combustíveis fósseis, principalmente em territórios indígenas. Na Cúpula dos Povos, da qual as organizações dos povos indígenas são parte integrante, afirmam que é um espaço estratégico e o “principal espaço de articulação e convergência política com outros movimentos sociais (...), fortalece a resistência do nosso campo social contra interesses econômicos e políticos que há séculos dizimam nossos povos e destroem nossos territórios e biomas” (APIB, 2025).

Os povos indígenas, bem como a Cúpula dos Povos em sua carta final, critica o fato de não ter avançado o Mapa do Caminho para acabar com a exploração de combustíveis fósseis. Também faz referência à necessidade de inclusão da demarcação, fiscalização, governança e manejo indígena como pilares territoriais das políticas climáticas. Denunciam as falsas soluções através da mercantilização da natureza. Por fim, afirmam que seguirão realizando lutas concretas para combater os desmatamentos, as queimadas e a exploração de combustíveis fósseis e defender seus direitos. “O mundo já compreendeu que não existe futuro climático sem territórios protegidos, e que não existem territórios protegidos sem direitos indígenas respeitados. Seguiremos levando nossa mensagem: não há tempo para omissões, para falsas soluções ou para acordos tímidos” (APIB, 2025).

## 6. Breves considerações

Neste texto buscou-se compreender a importância da Cúpula dos Povos no âmbito do processo de construção e realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), realizada em Belém, no estado do Pará, Amazônia, Brasil, de 10 a 21 de novembro de 2025. Abordou-se, principalmente, participação das organizações representativas dos povos indígenas e dos movimentos camponeses nacionais e internacionais no enfrentamento à crise climática.

Foi realizada uma breve revisão bibliográfica e documental das Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e das Conferências das Partes sobre Mudanças do Clima, contextualizando a participação social e um resgate da trajetória da Cúpula dos Povos e suas ações no decorrer da realização da COP30. Também procurou-se resgatar documentos apresentados pelas organizações representativas dos povos indígenas e dos movimentos camponeses à Cúpula dos Povos e à sociedade. Essa revisão foi complementada por observações diretas, nos eventos temáticos e em ações públicas ocorridas durante a Cúpula dos Povos.

As emissões de gases de efeito estufa começaram com a industrialização da produção na Inglaterra desde finais do século XVIII, no bojo da Primeira Revolução Industrial. Estabelecida primeiramente na Inglaterra, a indústria diversificou suas atividades e ramos e alcançou outros países da Europa, da América e de outras partes do mundo. A expansão e transformação da indústria, em funcionamento com base em combustíveis fósseis também fez aumentar a degradação ambiental e as mudanças climáticas.

A realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972, foi uma demonstração da dimensão em que se encontrava a crise ecológica e climática. A Conferência anunciou a crescente degradação e contaminação dos recursos naturais em escala mundial como a contaminação do solo, da água e do ar. Ela criou o PNUMA e a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que elaborou o Relatório denominado Nosso Futuro Comum, que definiu o conceito de desenvolvimento sustentável.

Todo esse processo criou as condições para convocar a Segunda Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992. Esta Conferência deliberou sobre a criação das Convenções-Quadro das Nações Unidas, entre elas a das Mudanças do Clima, que possibilitou a realização das Conferências das Partes das Mudanças Climáticas. Nesse contexto, a partir de 1995, ocorrem anualmente as COP, já a três décadas. Para melhor entender a importância da Cúpula dos Povos na COP30 foram destacadas a COP3, ocorrida em 1997, e a COP21, em 2015. A primeira foi responsável por criar o Protocolo de Quioto, que definiu metas para limitar a emissão de gases de efeito estufa e criou o mercado de carbono, e a segunda por ter estipulado o Acordo de Paris, que definiu que a temperatura média global deveria permanecer abaixo de 2° C, fazendo esforços para não superar 1,5° C, em relação aos níveis anteriores à Revolução Industrial.

As Conferências das Nações Unidas contaram com números expressivos de representantes dos Estados-membros e da sociedade civil. Foi essa participação da sociedade que deu forma ao Fórum Global que se constituiu no decorrer da organização da Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (RIO 92). O Fórum Global contribuiu para a “cidadania planetária” na medida em que pautou as questões ambientais e futuro da humanidade para além da área de influência da Conferência das Nações Unidas. Nas décadas seguintes este Fórum se consolidaria na Cúpula dos Povos, na Rio+20, em 2012. Esta Cúpula dos Povos fortaleceu a articulação e cooperação entre povos e populações, organizações e movimentos sociais para enfrentar as mudanças climáticas em escala mundial.

A Cúpula dos Povos que ocorreu durante a COP30, em Belém, colocou a Amazônia e os interesses comuns de suas gentes no centro dos debates sobre mudanças climáticas e sensibilizou a população mundial para a importância deste bioma para o equilíbrio climático do planeta. Foram inúmeras as atividades realizadas durante a Cúpula dos Povos. Essas atividades tiveram como objetivo fortalecer os povos e as populações, convergir as agendas tendo em conta as suas especificidades, defender a democracia e a solidariedade internacional, buscar alternativas ao modelo econômico vigente e enfrentar os efeitos da crise climática. Das atividades da Cúpula dos Povos destacaram-se aquelas realizadas de forma coletivas que traziam em seu bojo um simbolismo importante dada a organização e demonstração de força para lutar por direitos dos povos e da natureza. Foram elas a barqueata, o banquete e a Marcha Global por Justiça Climática.

A barqueata chamou a atenção para as causas das populações da Amazônia que estão sendo afetadas pelas mudanças climáticas e pelo modelo de exploração da região. Este modelo favorece a expansão capitalista que busca o lucro em detrimento da melhoria das condições de trabalho e vida dos povos indígenas e populações locais. No banquete, a elaboração e distribuição de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, direto da agricultura familiar e camponesa e indígena, onde as relações de produção são justas, conseguiu mostrar que é necessário terra para quem nela trabalha como garantia de soberania alimentar e comida de verdade, na superação das consequências das mudanças climáticas na vida dos povos e populações da cidade, do campo, das florestas e das águas. A Marcha Global por Justiça Climática mandou um recado aos que negociam em nome da diminuição do efeito estufa: há alternativa e os povos e populações do planeta estão atentos. Para que haja justiça social e climática é necessária uma outra matriz energética, o modelo atual acelera a crise climática e faz crescer a pobreza.

Destacaram-se as seguintes organizações Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil e da Via Campesina e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA). Todos foram unânimes em afirmar que o capitalismo avança sobre a natureza e os territórios. Fizeram duras críticas à financeirização dos bens comuns, ao mercado de carbono, entre outras. Afirmaram que é fundamental acabar com a exploração de combustíveis fósseis. Os documentos dos povos indígenas fazem referência à necessidade de inclusão da demarcação de seus territórios nas políticas climáticas. Todos denunciaram as falsas soluções através da mercantilização da natureza e foram categóricos em afirmar que as soluções estão na derrocada do sistema capitalista e nas assimetrias que gera, inerentes a este modelo.

A crise ecológica e climática é uma realidade. Ela prejudica toda a humanidade, mas afeta mais as populações do Hemisfério Sul. O bom combate à crise climática passa pela sua popularização. Para isso é necessário incluir a maioria das mulheres e os jovens nessa luta. É preciso aumentar a conscientização ecológica, especialmente no que se refere aos direitos humanos e da natureza, ao acesso à terra e territórios, soberania alimentar e justiça climática. Estreitar os laços entre os povos a partir da intensificação da cooperação e da solidariedade é uma necessidade.

O lucro e a degradação dos bens da natureza têm sido os pilares das mudanças climáticas. Valorizar o trabalho, os territórios e o modo de vida dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e dos camponeses faz parte do enfrentamento radical da crise climática. Por fim, é importante lembrar que a ecologia não se reduz a uma temática técnico-científica, ela precisa ser tratada uma questão política.

## NOTAS

<sup>1</sup> “Os cercamentos foram chamados, de uma forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e os costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros” (Polanyi, 2000. p. 53).

<sup>2</sup> A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas foi criada em 1983 e seu relatório intitulado *Nosso Futuro Comum* ficou conhecido também pelo nome de Relatório Brundtland, em referência à primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que coordenou a sua elaboração.

<sup>3</sup> A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima recebeu 166 assinaturas de 20 de junho de 1992 a 19 de junho de 1993. Atualmente os 197 Estados-membros e 1 organização regional de integração econômica que fazem parte das Nações Unidas assinaram a Convenção (Nações Unidas, 1992).

<sup>4</sup> O Acordo de Paris foi assinado por 195 países, tendo ficado disponível para assinatura de 22 de abril de 2016 a 21 de abril de 2017.

<sup>5</sup> Coube ao Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), criado em 18 de junho de 1990, facilitar a organização e a participação da sociedade civil mundial na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92).

<sup>6</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro.

<sup>7</sup> Poronga é uma lamparina tradicionalmente utilizada pelos seringueiros no processo de trabalho de extração de látex da seringa (*Hevea spp*) na madrugada.

<sup>8</sup> A APIB é composta pelas seguintes organizações estaduais e regionais do Brasil: APOINME, ARPINSUDESTE, ARPINSUL, ATY GUASU, COIAB, CONSELHO TERENA, e COMISSÃO GUARANI YVYRUPA.

<sup>9</sup> Fazem parte da COICA as seguintes organizações: AIDSEP (Perú), APA (Guyana), CIDOB (Bolívia), COIAB (Brasil), CONFENIAE (Ecuador), FOAG (Guyana Francesa), OIS (Surinam), OPIAC (Colômbia), e ORPIA (Venezuela).

<sup>10</sup> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está organizado em quase todos os estados brasileiros e faz parte da Via Campesina.

<sup>11</sup> Fazem parte da Via Campesina cerca de 180 organizações locais e nacionais de mais de oitenta países da África, Ásia, Europa, ArNA (Região Árabe e Norte da

África) e Américas, representando aproximadamente 200 milhões agricultores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, M. P. (2012). Rio+20: Desafios para o futuro. *Desafios do Desenvolvimento*, 9(72), 37.
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. (2025, November 27). *Avaliação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) sobre a COP30*. <https://apiboficial.org/2025/11/27/avaliacao-da-articulacao-dos-povos-indigenas-do-brasil-apib-sobre-a-cop30/>
- Brasil. (2012). *Cúpula dos Povos – Rio+20*. [http://www.rio20.gov.br/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html](http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html)
- Brasil. Senado Federal. (2004). *Protocolo de Quioto e legislação correlata* (Coleção Ambiental, Vol. 3). Senado Federal. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/70328>
- Burkett, P. (2014). *Marx and nature: A red and green perspective*. Haymarket Books.
- Canesqui, A. M., & Garcia, R. W. D. (Orgs.). (2005). *Antropologia e nutrição: Um diálogo possível*. Editora Fiocruz. <https://backoffice.books.scielo.org/id/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876-01.pdf>
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum* (2. ed.). Editora FGV.
- Cúpula dos Povos na Rio+20. (2012, Junho 22). *Declaração final da Cúpula dos Povos na Rio+20 por justiça social e ambiental, em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida*. IHU Online. <https://ihu.unisinos.br/noticias/510768-declaracao-final-da-cupula-dos-povos>
- Cúpula dos Povos. (2025a). *50 mil pessoas tomam Belém: Marcha Global por Justiça Climática exige “COP da Verdade” e fim da dependência fóssil na Amazônia*. <https://cupuladospovoscop30.org/30-mil-pessoas-tomam-belem-marcha-global-por-justica-climatica-exige-cop-da-verdade-e-fim-da-dependencia-fossil-na-amazonia/>
- Cúpula dos Povos. (2025b). *Mobilização histórica em Belém por justiça climática global tem intensa programação paralela à COP30*. <https://cupuladospovoscop30.org/mobilizacao-historica-em-belem-por-justica-climatica-global-tem-intensa-programacao-paralela-a-cop-30/>
- Engels, F. (2010). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Boitempo.
- Fearnside, P. M. (2002). Fogo e emissão de gases de efeito estufa dos ecossistemas florestais da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, 16(44), 99–123. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000100007>
- Foster, J. B. (2005). *A ecologia de Marx: Materialismo e natureza*. Civilização Brasileira.
- Gadotti, M. (2008). *Educar para a sustentabilidade: Uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável*. Instituto Paulo Freire.
- Goldemberg, J. (2023). Trinta anos da Convenção do Clima. *Estudos Avançados*, 37(107), 289–300. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2023.37107.017>
- Hoppe, A., et al. (2015). Desenvolvimento sustentável e o Protocolo de Quioto. *Ensaio FEE*, 36(2), 445–468.
- Intergovernmental Panel on Climate Change. (2023). *Mudanças climáticas 2023: Relatório de síntese. Sumário para formuladores de políticas*. IPCC. [https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy\\_of\\_IPCC\\_Longer\\_Report\\_2023\\_Portugues.pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf)
- Lago, A. A. C. do. (2013). *Conferências de desenvolvimento sustentável*. FUNAG.
- Le Prestre, P. (2005). *Ecopolítica internacional* (2. ed.). Senac.
- Marques, L. (2022, August 31). Da geofísica à sociofísica. *Jornal da Unicamp*. <https://unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-marques-da-geofisica-sociofisica/>
- Mídia Ninja. (2025). *COP30 – Barqueata – 12 de novembro de 2025 – Belém (PA)* [Álbum de fotografias]. Flickr. <https://www.flickr.com/photos/midianinja/albums/with/72177720330463989>
- Monteiro, R. N., Iadanza, E. do E. S., & Lastres, H. M. M. (Coords.). (2024). *Tensões e vivências afirmativas na Amazônia brasileira*. Ediciones Universidad de Salamanca.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (2025a, October 30). *Manifesto em defesa dos territórios e soberania alimentar frente aos mercados da natureza*. <https://mst.org.br/2025/10/30/movimentos-e-organizacoes-sociais-da-america-latina-e-caribe-denunciam-mercados-de-carbono-frente-a-cop30/>
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (2025b, Novembro 17). *Banquete na Cúpula dos Povos celebra a luta pela Reforma Agrária Popular*. <https://mst.org.br/2025/11/17/banquete-na-cupula-dos-povos-celebra-a-luta-pela-reforma-agraria-popular/>
- Murad, A., & Carneiro, M. da S. (2025). Crônica da Cúpula dos Povos. *Estudos de Religião*, 39(2).
- Nações Unidas. (2015). *Acordo de Paris*. [https://treaties.un.org/doc/Treaties/2016/02/20160215%2006-03%20PM/Ch\\_XXVII-7-d.pdf](https://treaties.un.org/doc/Treaties/2016/02/20160215%2006-03%20PM/Ch_XXVII-7-d.pdf)
- United Nations Framework Convention on Climate Change. (1992). *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima*. <https://unfccc.int/process-and-meetings/united-nations-framework-convention-on-climate-change>
- Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: As origens de nossa época* (2. ed.). Campus.

Silva, V. S. V. da, & Villa, R. A. D. (2019). A concentração geográfica da sociedade civil global: Organizações não governamentais presentes nas conferências da ONU e da OMC. *Tempo da Ciência*, 32(63), 290–322.

Souza, M. C. O., & Corazza, R. I. (2017). Do Protocolo de Kyoto ao Acordo de Paris: Uma análise das mudanças no regime climático global a partir da evolução dos perfis de emissões de gases de efeito estufa. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 42, 52–80. <https://doi.org/10.5380/dma.v42i0.51298>

Stern, N. (2009). *The economics of climate change: The Stern review* (6th ed.). Cambridge University Press.

Strong, M. (1972). 1972 Stockholm Conference: Opening statement. [https://www.mauricestrong.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=154&Itemid=78](https://www.mauricestrong.net/index.php?option=com_content&view=article&id=154&Itemid=78)

United Nations Framework Convention on Climate Change. (2015). *The Paris Agreement*. [https://unfccc.int/files/essential\\_background/convention/application/pdf/english\\_paris\\_agreement.pdf](https://unfccc.int/files/essential_background/convention/application/pdf/english_paris_agreement.pdf)

Via Campesina. (2025, October 30). *COP30: Manifesto da Via Campesina – Terra e direitos para quem resfria o planeta!*. <https://viacampesina.org/en/2025/10/cop-30-la-via-campesinas-manifesto-land-and-rights-for-those-who-cool-the-planet/>

Viana, G. (2025). Socialismo ecológico, bem-viver e desenvolvimento sustentável. In A. O. Franco (Org.), *Emergência climática: Caminhos para o ecossocialismo* (pp. 23–44). Editora Fundação Perseu Abramo.